

SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR JOVENS DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA À DITADURA MILITAR (1964-1985) E AOS DESAFIOS DA DEMOCRACIA

DLLANE DE SOUZA DIAS LEAL

Rede Municipal de Educação de Barreiras, Barreiras, Bahia, Brasil.

ALDIMAR JACINTO DUARTE

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), Goiânia, Goiás, Brasil.

RESUMO: O estudo analisa como um grupo de jovens estudantes do ensino médio interpreta o período histórico que compreende a ditadura militar no Brasil (1964-1985) e como suas percepções se relacionam com os eventos ocorridos entre 2016 e janeiro de 2023, período em que a democracia brasileira esteve sob ameaça. Baseia-se em uma metodologia qualitativa, utilizando como ferramentas principais a análise de entrevistas, a história, a memória e as histórias de vida dos participantes. Os resultados da pesquisa revelam que, a despeito de estarem no ensino médio, apenas 54,55% dos estudantes apresentam uma percepção relativamente crítica da ditadura militar, embora muitos delas confusas e dispersas sobre o período. Conclui-se que a compreensão histórica é vital para fortalecer uma cultura política democrática e prevenir retrocessos autoritários.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens; Ditadura Militar; Memória; Democracia.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte dos resultados de uma pesquisa realizada entre 2015 e 2017, culminando na defesa da dissertação de mestrado de uma das autoras deste texto, sob a orientação do segundo autor. Seu objetivo é analisar os sentidos atribuídos por um grupo de estudantes à ditadura militar no Brasil, que transcorreu entre 1964 e 1985. O artigo conserva sua relevância ao considerar as informações fornecidas pelos jovens como reveladoras para compreender o que fundamentou os acontecimentos no Brasil entre os anos de 2016 e janeiro de 2023, período em que a democracia esteve diretamente ameaçada, devido à intensa mobilização de setores da sociedade brasileira e de segmentos das forças armadas, que reivindicavam e articulavam a instalação de um regime militar no país.

Ao usurparem o poder entre 1964 e 1985, as Forças Armadas romperam com o Estado Democrático de Direito, empregando um discurso falacioso que buscava obter reconhecimento social, apresentando-se como um movimento revolucionário em defesa da democracia. Em sua ressurgência a partir de 2013, essa retórica reapareceu com a apologia de que apenas os militares poderiam salvar o Brasil das supostas ameaças comunistas, atribuídas às ações de setores progressistas que passaram a ter mais voz nos espaços públicos brasileiros.

Esta retórica, somada ao discurso de anticorrupção, resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Roussef em agosto de 2016 e na eleição de Jair Bolsonaro em 2018,

um militar da reserva que, ao longo de seu governo defendeu claramente o papel dos militares como detentores do poder no Estado brasileiro. Essa apologia não se limitou a alguns setores da sociedade, encontrando ressonância significativa inclusive entre os jovens.

O estudo busca compreender a representação histórica de um grupo de jovens estudantes do ensino médio em Barreiras-BA sobre a ditadura militar. Utiliza a metodologia da pesquisa qualitativa, com ênfase em história, memória e histórias de vida como elementos explicativos.

Na primeira seção, recorremos a autores que abordam história e memória para compreender os processos de constituição da memória coletiva e do esquecimento. Na segunda seção, destacamos, de forma sucinta, parte do processo de instalação das comissões que buscaram reconstruir a memória desse período relativo à ditadura militar no Brasil, tornando públicos documentos antes secretos e as controvérsias no campo da memória dos diferentes agentes envolvidos na luta política. Na terceira seção, utilizam-se entrevistas realizadas na pesquisa realizada para compreender os sentidos atribuídos à ditadura militar pelos jovens de Barreiras-BA e avaliar se a história e memória desse período foram transmitidas de forma consistente e fundamentada para as novas gerações, ou se caíram no esquecimento, ou se foram manipuladas e distorcidas por setores hegemônicos.

Por fim, nas considerações finais, entende-se que compreensão histórica é vital para o fortalecimento de uma cultura política democrática, para a preservação dos direitos individuais e na prevenção de retrocessos autoritários em uma sociedade que almeja um futuro democrático e inclusivo.

MEMÓRIA E HISTÓRIA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E COMPLEXIDADES NA CONSTRUÇÃO DO PASSADO

A seção a seguir delineará a interconexão entre história e memória, explorando as perspectivas teóricas de Halbwachs (1877-1945), Ricoeur (1913-2005), Le Goff (1924-2014) e Nora (1931-). O foco primordial é compreender a complexa relação entre a memória individual e coletiva na construção do passado. Ao aplicar essas perspectivas ao contexto da ditadura militar no Brasil, especialmente no que se refere aos sentidos atribuídos por jovens à ditadura militar, consideramos que tais perspectivas se revelam elucidativas.

O ponto de partida teórico encontra-se nos estudos de Halbwachs (2006), que se fundamenta no reconhecimento dos indivíduos inseridos no meio social, considerando seu envolvimento em um contexto político, econômico e social, como parte integrante de uma sociedade. Na reconstrução do passado, todos esses fatores são cuidadosamente considerados, como afirma Halbwachs (2006, p. 39): "É preciso que essa reconstrução funcione a partir de dados ou noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros".

A espinha dorsal da doutrina da memória para esse autor gira em torno da discussão da existência de duas memórias: a memória individual e a memória coletiva. Nessa perspectiva, os contextos sociais servem de base para a reconstrução da memória. Portanto, apesar de possuir consciência pessoal, o ser humano sofre a influência do

ambiente externo na composição da história. Halbwachs (2006, p. 73) confirma: "Haveria, portanto, motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, de uma interior ou interna, e a outra exterior - ou então uma memória pessoal e a outra, memória social".

Reconhece-se, contudo, que a memória individual se alicerça na memória coletiva, uma vez que esta é mais abrangente e engloba todos os aspectos da vida social. Na memória autobiográfica, os indivíduos têm a possibilidade de selecionar, em cada contexto, os acontecimentos que mais os marcaram. Os recortes subjetivos de cada homem tomam consistência diante das relações exteriores.

Mesmo ao contemplar objetos e vivenciar experiências pessoais, os indivíduos nunca estão verdadeiramente sozinhos. Cada lembrança está impregnada da sombra do passado. Na capacidade de evocação, tornam-se necessárias as lembranças do passado incorporadas à percepção do presente. Nesse processo, mesmo se tratando de uma lembrança individual, o suporte de outros pensamentos é necessário para refazer o caminho da memória. Diante dessa compreensão, Halbwachs (2006, p.30) afirma: "Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, mesmo que se trate de eventos em que só estivemos envolvidos e objetos que só nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós".

Na visão do teórico, é impossível evocar o passado sem os registros dos outros. Logo, as lembranças são apoiadas em outras lembranças. Dessa maneira, ao discutir esse assunto, ele discorda da ideia de que a mente humana seja semelhante a uma tábula rasa, ou seja, para ele, o ser humano já carrega consigo uma carga de informação, vivências e influências de seu grupo. Esse conjunto de impressões do meio externo na formação de suas lembranças forma uma massa consistente de memória.

A memória pessoal retém valores, ideias, cultura, costumes e sentimentos, características compartilhadas nos espaços do grupo. Assim, partindo desse contexto de compartilhamento dessas qualidades sociais, as lembranças podem ser reconhecidas e constituídas. Além disso, tais lembranças constroem as formas de se perceber e relacionar-se com o mundo.

Paul Ricoeur, filósofo francês, dedicou-se ao estudo fenomenológico e hermenêutico da memória, resultando em uma de suas obras mais importantes, "A memória, a história, o esquecimento". Embora inicialmente influenciado por Halbwachs, Ricoeur foi além desse autor, questionando o caráter social da memória e enfatizando que a memória individual é formada no ato de recordar sozinho.

Sua produção abordou diversas inquietações relacionadas à dialética histórica e à memória, explorando temas como abusos da memória, rememoração, manipulação e, especialmente, o esquecimento, considerado sua marca distintiva nesse debate. Ricoeur (2007) problematizou a preservação do passado diante do esquecimento, destacando as fragilidades da memória e os problemas enfrentados por essa faculdade humana, que, quando comprometida, pode afetar a identidade de um povo.

Este autor exaltou a memória como um dote humano, uma matriz da história que guarda a problemática da relação representativa do presente com o passado. Ele qualificou a memória em dois planos, objetual e pragmático, defendendo a necessidade de estímulos para essa propriedade.

Ao ampliar sua abordagem pragmática, Ricoeur (2007) destaca a aprendizagem como forma de transmissão e sustento da memória, sendo fundamental para difundir a

herança cultural, social e política de um povo. Diferentemente de Halbwachs (2006), esse autor atribuiu a constituição da lembrança à 'memória-hábito', considerando as vivências cotidianas do grupo, suas tarefas, normas de condutas, costumes e valores. Descrevendo a lembrança, ele enfatizou que ela não consiste apenas em evocar o passado, mas em efetuar saberes aprendidos, arrumados num espaço mental.

Ricoeur (2007) identificou a violência do Estado como a mais tenebrosa, deixando marcas individuais e coletivas, resultando em abusos de memória. Em relação às mazelas do intelecto humano, ele considerou o esquecimento como uma das piores, tornando-se o emblema de sua trajetória investigativa. A dialética entre memória e esquecimento justificou sua preocupação em manter os rastros e impressões históricas, identificando o esquecimento como resultado tanto de patologias biológicas quanto de estratégias externas, como a manipulação ideológica.

O historiador francês Jacques Le Goff (1990) empenhou-se em estender os elementos considerados documentos; por isso, inseriu a memória como uma importante fonte no terreno da história, por compreender que, através da memória, pode ser extraído o silêncio da história, ou o que se encontrava subjacente nas entrelinhas.

Diferentemente de outros enfoques epistemológicos, ao retratar a memória, Le Goff (1990) acrescentou em sua investigação o itinerário histórico da memória na própria história, abrangendo desde a memória nas sociedades primitivas, ausentes de escrita, perpassando pelo desenvolvimento da oralidade, até a contemporaneidade, enfatizando a inserção da cibernética com toda a sua tecnologia, possibilitando assim o surgimento da memória eletrônica ou artificial.

Em seu esforço por reconhecer a história como uma verdadeira ciência, ou fenômeno social, valorizou aspectos, descartados no passado, como cultura, ideologias e concepções de uma sociedade. Nessa perspectiva, Le Goff (1990) buscou maneiras onde o historiador pudesse vivenciar algo muito importante em suas buscas, trazer o confronto entre os fatos e a práxis para dentro das representações históricas, uma vez que a realidade social pode ser confrontada com a prática.

Uma preocupação esboçada em Le Goff (1990) foi a questão da imparcialidade diante dos fatos. Uma vez que o monopólio das ideias faz parte dos abusos da memória, ela pode ser um instrumento de manipulação, sobretudo para atender interesses coletivos e individuais. Por isso, para o autor, um dos pressupostos da história é a verdade. Assim, primar pela verdade é manter a memória resguardada dos excessos partidários e doutrinários. Segundo o teórico, os profissionais da psicanálise e psicologia destacaram, ao abordar a recordação e o esquecimento, as influências conscientes ou inconscientes exercidas pelo interesse, afetividade, desejo, inibição e censura sobre a memória individual. De maneira análoga, a memória coletiva desempenhou um papel crucial na luta pelo poder entre as forças sociais. Tornar-se detentor da memória e do esquecimento é uma grande preocupação das classes, grupos e indivíduos que exerceram e continuam a exercer domínio sobre as sociedades históricas. As omissões e silêncios na história revelam esses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Outro autor que deu grande contribuição para os estudos da relação entre história e memória foi Pierre Nora (1993), um destacado historiador francês. Sua contribuição na terceira geração da Escola dos Annales foi significativa ao propor uma

ampliação das fontes documentais e uma diversificação de métodos na pesquisa histórica. Nora inovou ao atribuir novos significados aos objetos como uma estratégia para combater o esquecimento, destacando museus, arquivos e outros suportes materiais como recursos importantes nesse contexto.

Em sua abordagem teórica e metodológica, Nora (1993) explora a distinção entre história e memória, delineando as características específicas de cada categoria. Enquanto a história é vista como uma operação metódica e objetiva, a memória, embora suscetível a usos e abusos, é entendida como um fenômeno em constante renovação, que cristaliza a história e incorpora as lembranças dos indivíduos em suas diversas manifestações.

O autor reconhece o antagonismo existente entre memória e história, mas destaca a relação de dependência entre esses dois componentes na preservação das identidades sociais. Ele argumenta que tudo o que é chamado de memória já é, na verdade, história, enfatizando a necessidade de memória como uma demanda intrínseca à história. Em seu livro 'Entre Memória e História. A problemática dos lugares', Nora (1993) introduz o debate sobre o 'Fim da história-memória' e apresenta o conceito de 'Aceleração da História'. Ele expressa preocupação com a velocidade dos eventos presentes e sua relação com os acontecimentos passados. Critica a influência da mídia, atribuindo a ela a responsabilidade pela brevidade dos fatos sociais e, conseqüentemente, pela ameaça à continuidade histórica e à preservação de valores e tradições.

O autor desenvolve o conceito de 'Lugares de Memória' como elementos materiais que se convertem em matriz documental, fortalecendo o processo de construção da memória coletiva. Ele compartilha com Halbwachs (2006) a ideia de potencializar a memória social como ferramenta de conservação da história, enfatizando a importância das matrizes simbólicas.

MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS E COMISSÃO DA VERDADE

Ao abordarmos sobre memória e esquecimento no Brasil, um dos períodos históricos que se destaca é o da ditadura civil e militar ocorrida entre 1964 e 1985. Apesar de seu impacto político, social, econômico e cultural no país, atualmente observa-se uma tentativa por parte dos setores dominantes de impor o esquecimento ou distorcer o significado desse período. No entanto, a Comissão da Verdade, instalada em 2011, buscou reconstruir a memória desse período, tornando públicos documentos antes secretos e as controvérsias no campo da memória dos diferentes agentes envolvidos na luta política.

Diante desse contexto de articulação em prol da justiça pós-1964, movimentos específicos foram organizados com a iniciativa de familiares e algumas instituições, como igrejas, associações, sindicatos, coletivos e partidos políticos. Além da Lei de Anistia, duas Comissões que tiveram repercussões significativas foram formadas para realizar um trabalho sistemático na busca de vestígios e informações sobre brasileiros que desafiaram o regime instituído: A *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* e, em seguida, a *Comissão da Verdade*.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foi instituída pela Lei nº 9.140, de dezembro de 1995, buscando solucionar casos de desaparecimentos e

mortes de opositores políticos ocorridos entre 1961 e 1988, representando uma espécie de remissão do Estado diante das violações durante o golpe.

Esse projeto ganhou força quando Fernando Henrique Cardoso, presidente da República em 1998, comprometeu-se perante os familiares das vítimas a procurar os restos mortais dessas pessoas ou tornar público um parecer relativo às pessoas vitimadas nesse período. Essa política específica recebeu apoio dos Direitos Humanos, e a divulgação desse trabalho contou com Marcelo Rubens Paiva, filho do ex-deputado Rubens Paiva, um resistente ao sistema militar desaparecido durante o governo militar.

A Lei n. 9.140/95 (Brasil, 1995) foi uma forma de o Estado reconhecer e assumir a responsabilidade histórica e administrativa pelos casos dos cidadãos que sofreram diversas formas de violência promovidas pelo próprio Estado. É importante salientar que a conclusão desse dossiê contou com a colaboração de familiares, parentes das vítimas, que contribuíram com relatos e depoimentos.

Após 11 anos de pesquisa e trabalho árduo, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República publicou um livro trazendo à tona todo o material recolhido durante essa busca. A maior importância atribuída a esse documento é garantir o direito à memória dessas vítimas, que sofreram com a tirania do Estado. "Direito à Memória e à Verdade" (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007) é uma espécie de livro-relatório para resgatar a memória de todos os brasileiros injustiçados pelo Estado. Por meio do exercício dessa memória, será possível garantir aos cidadãos o direito à democracia e a se expressar livremente.

De acordo com os dados fornecidos pela Comissão, foi possível concluir, à época, o exame de quase todos os familiares que conseguiram provar que seus parentes foram vítimas dessa história. A relevância dessa iniciativa do Ministério da Justiça de fazer justiça aos resistentes à truculência das Forças Armadas no Brasil é de grande importância para a história nacional. Primeiro, porque reconhece esses brasileiros não como terroristas ou agentes de potência estrangeira, mas como homens e mulheres que lutaram pela redemocratização do país, e, em segundo lugar, pela questão do resgate da memória desses mártires, para que nunca mais as atrocidades do Estado deixem marcas em seus cidadãos e que, o regime democrático prevaleça. Entretanto, o reconhecimento público do Estado na responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos só foi adiante pelo empenho de algumas instituições e familiares das vítimas em trazer os casos à tona.

Uma nova comissão foi instituída em 2011 para aprofundar a investigação sobre as ações do Estado brasileiro no período da ditadura militar. Trata-se, portanto, de um trabalho que propiciou a averiguação para esclarecer fatos e circunstâncias que pudessem revelar o paradeiro dos brasileiros que tiveram seus direitos violados.

A Lei n. 12.528, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi sancionada em 18 de novembro de 2011, e a Comissão foi instituída em 16 de maio de 2012, no governo da Presidente Dilma Rousseff (Brasil, 2011). De acordo com Bettamio (2014, p. 31), "A Comissão Nacional da Verdade tem por finalidade apurar graves violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, incluindo, portanto, todo o período da ditadura militar (1964-1985)".

A CNV trabalhou em três esferas: pesquisa, busca por provas que garantissem o ressarcimento às vítimas e a lisura de suas atividades. Assim, a CNV foi além da

devolução material aos familiares, proporcionando a devolução da dignidade a quem idealizou a liberdade e a democracia.

Segundo Bettamio (2014), a pesquisa é fundamental para esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas de 1946 a 1988, com foco especial nas atrocidades cometidas durante o regime ditatorial iniciado em 1964. Apesar de ser o principal recurso para o relatório final da Comissão da Verdade, a pesquisa atua também através do envolvimento com a sociedade civil, estabelecendo conexões com Comissões Estaduais da Verdade, Comitês de Verdade, Memória e Justiça, além de colaborar com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Nacional de História (ANPUH). A transparência foi aspecto crucial de sua atuação, garantindo a divulgação constante de suas atividades por meio do contato com a imprensa e a divulgação de conquistas recentes.

Embora tenha enfrentado dificuldades para atuar, a CNV representou um passo relevante na constituição da memória nacional em relação ao processo de ditadura militar. Visto que todos os crimes cometidos nesse período haviam sido justificados pela doutrina de Segurança Nacional e em nome do estabelecimento da ordem, as investigações desconstruíram algumas versões do passado, inclusive quanto à data das mortes cometidas pelo Estado, pois se acreditava que as perseguições só ocorreram a partir de 1968; no entanto, as violências já haviam sido estabelecidas desde a instalação do regime.

A contribuição dessa força-tarefa não buscou restringir-se ao campo investigativo para averiguar as torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáver. Antes, buscou assegurar a essas vítimas o direito à verdade e à memória. Nos anos de busca, identificaram-se 377 agentes responsáveis pela repressão e 434 mortos e desaparecidos, com 33 corpos localizados. Identificou-se também um total de 6.591 militares perseguidos pela ditadura, incluindo integrantes da Aeronáutica, Marinha, Exército e policiais estaduais.

Quanto aos acusados, a Comissão adotou medidas institucionais para que os algozes se responsabilizem pelas autorias de violação. No que diz respeito às vítimas e seus familiares, o Estado propôs o direito à reparação, ao esclarecimento da verdade, à memória e à reconciliação nacional. As lembranças desse legado histórico serão incorporadas às percepções do presente por meio da memória.

A memória, nesse caso, fornece uma importante contribuição nos esclarecimentos e divulgação dos fatos, fundamentada na verdade histórica e em pesquisas consistentes. Entretanto, como veremos a seguir, apesar do hercúleo esforço para revelar a verdade histórica, o esquecimento continua sendo uma triste realidade.

SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR JOVENS DO ENSINO MÉDIO À DITADURA MILITAR

Ao serem questionados sobre a concepção da Ditadura Militar no Brasil, os jovens entrevistados não foram unânimes em suas narrativas quanto ao período histórico investigado. Entre os onze estudantes entrevistados, que fazem parte do recorte desta exposição, sete apresentaram um ponto de vista mais próximo com relação aos fatos, os demais expuseram uma visão demonstrando apoio, mesmo que parcialmente, às ações da Ditadura civil-militar no país. As duas entrevistas (todos os

nomes dos entrevistados são fictícios para preservar suas identidades) a seguir evidenciam tais contradições:

Pra mim, a Ditadura Militar foi um dos períodos mais difíceis enfrentados pela população brasileira. Foi quando a ... democracia em si, o poder do povo foi reprimido pelo exército ... foi o período em que o exército reprimiu a população brasileira (Leandro, em entrevista no dia 11/11/2016).

A ditadura militar no Brasil, com os meus conhecimentos é que foi assim um recomeço por um Brasil melhor... os militares reuniram tropas, reuniram batalhão, tudo que eles reuniram foi pra tentar uma reconstituição da república. (Wanderson, em entrevista no dia 14/11/2016).

Fica evidente a discrepância entre as duas falas: a primeira, embora o estudante não desenvolva um ponto de vista mais consistente do processo de constituição da ditadura no Brasil, traz elementos presentes da época, reconhecendo as dificuldades do tempo em questão. Lembra a mutilação da democracia e a repressão utilizada pela força militar. No segundo depoimento fica evidente uma concepção do estudante quanto a um suposto esforço dos militares para restaurarem a república, visão essa difundida pelos próprios segmentos militares.

Uma das narrativas, contudo, revelou mais detalhes do período. A jovem Daiane, aluna do ensino médio, expressou sua compreensão da ditadura da seguinte maneira:

Então, em 1965 a 1985, teve tortura. Essa tortura foi pra descobrir pessoas que tava envolvida na luta armada; os povos militares invadiam casas, local de trabalho pra pegar essas pessoas. Ele torturava essas pessoas; essas torturas incluíam choque elétrico, afogamentos e outras torturas. Eles levavam esses presos para a delegacia, lá dentro tinha uma sala, uma sala que era fechada pra as pessoas não ouvir, para as pessoas não ouvir o grito desses presos. (entrevista no dia 21/11/2016).

O depoimento da estudante evidencia o seu conhecimento quanto aos procedimentos repressivos da instituição militar que, por sua vez, administrou o sistema político utilizando mecanismos violentos como forma de conter as organizações de resistência, consolidando sua base autoritária por vinte e um anos. Ela destaca dois instrumentos de tortura muito comuns, principalmente durante os interrogatórios, como o choque elétrico e o afogamento, trazendo também a lembrança dos temidos porões dos quartéis, onde muitos presos eram submetidos à tortura e assassinatos.

De fato, essa é uma verdade histórica que o revisionismo negacionista não tem como esconder: a violência era recorrente durante a ditadura militar. Em sua obra *A ditadura Envergonhada*, Gaspari (2014, p. 196) relata um trecho do momento da aplicação da tortura e espancamento a um preso guerrilheiro.

LEAL, D. de S. D. L.; DUARTE, A. J.

Antes de qualquer interrogatório, um capitão jogou-o ao chão e, depois de chutá-lo, ordenou que a tropa “cuspsisse na cara desse filho da puta, comunista, assassino”. Foi espancado e crucificado nas grades de sua cela. Torturaram-no em três quartéis diferentes. Num deles teve crise de demência e foi submetido ao tratamento médico. [...] acabou virando fato irrelevante na história dos vencedores. Para os demais foi um marco doloroso e precoce da tragédia nacional que se constituía.

Nas entrevistas a seguir, os jovens trazem esse feito do estado em tolher não apenas os meios de comunicação, mas um momento em que o povo brasileiro teve sua liberdade cerceada pela junta militar. Assim, para Dimas e Rute, respectivamente:

Bom, a ditadura militar no Brasil, eu tenho conhecimento de que foi uma época muito difícil pra a população brasileira ... era uma época de sofrimento, porque as pessoas, não poderiam, não podiam se expressar, não podiam é, dar sua opinião, não tinham liberdade, pra andar pelas ruas quando quisessem era um tempo de vigilância, as pessoas não tinham liberdade alguma pra nada (entrevista no dia 11/11/2016).

Eu sei que naquele tempo da ditadura havia muita injustiça e as pessoas não tinham liberdade de expressão. E se elas fossem tentar se expressar de alguma maneira contra a ditadura elas tinham que pagar de alguma maneira até com a vida mesmo (entrevista no dia 21/11/2016).

Ambos os relatos convergem para a conclusão de que a ditadura militar no Brasil foi marcada por restrições à liberdade de expressão, perseguições e um ambiente de repressão que afetou profundamente a vida dos cidadãos brasileiros na época.

Mas há uma visão comum para alguns outros entrevistados, que reproduzem uma ideia distorcida sobre a realidade na qual os militares à época são apresentados como defensores das instituições públicas. Assim de acordo com o jovem Kevin:

Pela minha concepção, pela ditadura que houve aqui no nosso Brasil, foi uma ditadura assim que durou vinte e um anos e que foi uma ditadura muito complicada, houve muitas mortes e a nossa população sofreu demais com isso, fizeram, tentaram fazer reivindicações só que não puderam, porque sabiam que se fizessem iam ser mortos. [...] Os militares, mesmos, eles mesmos caçavam as pessoas que vinham é no caso, de tentava reivindicar. Falava que tava tudo ruim, que tava sendo mal aproveitada, no caso do poder dos militares, porque os militares eles incomodam muito os políticos. No caso, aquela época dos políticos, os militares não concordavam com o que eles faziam e tomaram o poder aqui no Brasil, fazendo isso houve muitas mortes, porque os outros políticos que podiam entrar, não podiam, porque se eles entrassem os militares iam interferir e provavelmente iam torturar e matar ela, os políticos que tentavam é retomar o poder, vamos dizer assim (entrevista no dia 18/11/2016)

Na representação legada a este jovem, a figura simbólica do militar autoritário e hostil foi suplantada pela figura do militar responsável pela implantação de uma ordem política no país. Em relação à história, pode-se considerar que a memória se tornou manipulada em relação ao que representou a atuação dos militares na ditadura. Para explicar esse processo de manipulação da memória, Ricouer (2007, p. 455) argumenta: Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento? Nossa explicação, então, foi: por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa.

Também diante de outras entrevistas analisadas, é importante destacar que algumas respostas apresentam um sentido com pouca consistência em relação ao processo de constituição da ditadura militar no país, o que demonstra que o tema em discussão foi pouco transmitido aos jovens em sua verdade histórica. Nas expressões abaixo, percebe-se o esquecimento quanto ao período histórico em destaque:

Eu acharia que é muito importante, né? Porque a Ditadura Militar tem muitos anos atrás, que os povo não cita sobre isso, então é muito importante as pessoa saberem agora tá acontecendo no Brasil sobre a ditadura Militar (Milena, em entrevista no dia 18/11/2016).

Foi um processo muito duro e vieram militares de outros países pra cá, pra controlar a política. Quem mandava no Brasil era eles, eles queriam é mandar na cabeça das pessoas, pra pessoas pensar como que eles queriam. A pessoa não podia expressar qual era a sua religião. Tinham que viver sobre as ordem deles entendeu? Ruim é isso, foi muito duro, foi um processo muito duro (Denise, em entrevista no dia 21/11/2016).

Nas explanações são pontuadas as dificuldades da repressão, as mortes e a dureza do processo, mas a informação que veio militar de fora e que a repressão se estendeu à religião, não ocorreu, ou pelo menos não ocorreu como sendo parte central do regime instalado. Nesse caso, as respostas não estabelecem relação com a realidade histórica.

Entre as entrevistas, uma merece destaque: é quando uma jovem traz para sua fala as memórias de sua avó sobre a vigilância e a opressão vivida pelos cidadãos barreirenses com a chegada do BEC¹. A estudante assim relata:

Eu sei assim pelo alto pelo que familiares que contam que antigamente aqui era quando vindo o 4º BEC [...] não podia ter falado sobre política e que Barreiras era um local assim muito afastado, muito desigual, mas também tinham vários cantos que ficavam os policiais ou soldados, que ficavam reprimindo e ficavam atuando em vários locais (Júlia, em entrevista no dia 14/11/2016).

A jovem Júlia buscou nas memórias de sua avó a reconstrução do passado; assim, ela traz a experiência sobre o regime para sua realidade próxima, ou seja, o seu município e as lembranças de alguém de sua família.

A fala da estudante nos remete ao que Halbwachs (2006, p. 90) identifica como “passado apreendido”. Nesse caso, o autor entende o passado no esteio da memória coletiva. No depoimento supracitado, a estudante evoca a lembrança de sua avó, ou seja, no passado vivido no período da Ditadura militar na cidade de Barreiras.

Embora em suas declarações alguns estudantes apontem o período da ditadura militar como uma passagem negativa da história nacional, o que se observa é a forma como tratam essa realidade, reportando-se ao momento como se fosse um acontecimento distante de sua realidade e de suas vidas, sem tecer análise crítica do regime.

Quando perguntados sobre sua concordância ou não com o retorno do regime militar, as respostas encontradas apresentaram divergências. Alguns jovens indicaram um posicionamento contrário à volta do regime militar como Leandro, que se posicionou da seguinte forma: “Não, por que eu sou a favor da democracia, sou a favor do poder decidido pelo povo e a ditadura é totalmente ao contrário a isso” (Entrevista no dia 11/11/2016). Em sua resposta, ele destaca o poder de decisão do povo, através do mais importante fundamento da política, a democracia assim ainda conclui a oposição a ela imbuída na ditadura militar, para a qual um dos seus primeiros atos foi à ruptura com o sistema democrático.

Nesse aspecto, diante do mesmo questionamento acerca de uma possível intervenção militar no país, o jovem Dimas revela seu posicionamento: “De maneira alguma, de maneira alguma, voltar à repressão, voltar aprisionamento, tortura isso seria inaceitável, isso seria uma regressão” (Entrevista no dia 11/11/2016). Enquanto o primeiro jovem trouxe a lembrança do fim do sistema democrático, agora os instrumentos coercitivos do estado aplicados como mecanismo regulador de controle são apontados como referência negativa da ditadura militar.

De fato, ao assumir o poder no país, a divergência do regime com a democracia foi estabelecida desde o início. Segundo Campos Filho (2012), entre 1964 e 1985, o Brasil mergulhou em um mar de sombras. A liberdade foi silenciada, a lei se curvou à vontade dos militares e o terror se instalou como forma de governo. A promessa de combater o suposto extremismo se converteu em censura, cassações, prisões, torturas e mortes. De acordo com o autor, sob a tutela dos militares, forjados na Escola Superior de Guerra, o país viveu sua era mais obscura. Entre 1968 e 1975, a repressão atingiu seu ápice, e nem mesmo os antigos aliados dos militares escaparam da fúria da ala radical das Forças Armadas.

Em seu relato, a jovem Rute apresenta seu posicionamento dessa forma: “Eu sei que eu acho errado, que não devia estar acontecendo isso, que eles estão se equivocando”. (Entrevista no dia 21/11/2016). Ela observa que a possibilidade de um retorno da ditadura militar seria inviável para o país e coloca também que a reivindicação quanto ao retorno dos militares ao poder é equivocada, porém não aprofunda mais o seu argumento em relação a esse questionamento.

No entanto, houve respostas confusas. Um dos estudantes inicia seu ponto de vista opondo-se à instalação do regime militar no país; porém, ao finalizar a resposta se contradiz em relação ao início de sua fala. Segundo o jovem:

É durante essa questão a gente têm que olhar para os dois lados, pelo lado positivo e pelo lado negativo. O lado negativo porque quando a ditadura militar tomou o poder houve muitas mortes.

Pessoas foram torturadas, foi uma época muito difícil para nossa população brasileira. O lado bom é eles são poderosos, qualquer problema eles podem resolver, porque eles têm poder para isso, só que vem outra questão do lado negativo, porque com tanto poder que eles possuem, eles sabem que não vai dar nenhum problema para eles, porque eles possuem poder, armamentos, gente que já é treinada para lidar com esse tipo de situação. Então assim fica os dois lados da balança, o lado negativo e o lado positivo. Lado positivo eles poderiam ajudar, eles têm poder para isso, eles podem aumentar nosso salário, melhorar nossa cidade, mais a maioria desde aquela época da ditadura eles não fizeram isso, eles só queriam realmente tomar o poder, porque eles não estavam gostavam do que é... estava acontecendo (Kevin, em entrevista no dia 18/11/2016).

No relato, o estudante procura estabelecer uma relação entre lados considerados como positivos e negativos em relação ao período estudado. Sinaliza resultados do aparelho coercitivo, citando as mortes e as torturas muito presentes nos procedimentos do governo autoritário para a manutenção do poder, considerando que esses elementos abusivos proporcionavam um clima de medo gerenciado pelo órgão repressor. Entretanto, considera que no período do regime militar haveria uma eficácia do governo em lidar com questões de crise, enfocando a sensação de segurança e estabilidade que o poder institucional estaria proporcionando.

Outros jovens também responderam de forma inconsistente, sem coerência com a verdade histórica. Foi o que fizeram Júlia, Heitor e Milena, respectivamente:

Não considero que se a ditadura militar fosse voltada só para reprimir só ao pobre e o negro, assim como se a ditadura fosse revogada aqui em Barreiras, muita gente ia fazer coisas, coisa não indevida, mas o que ia sofrer mais era a população, por causa que os ricos e os burguesia não iam sofrer nem tanto (Júlia, em entrevista no dia 14/11/2016).

Porque no meio desse protesto há muito vandalismo e confusão, confusão no meio desse protesto (Heitor, em entrevista no dia 11/11/2016).

Sim, porque é importante pro Brasil e pras pessoas também (Milena, em entrevista no dia 18/11/2016).

Assim, o primeiro depoimento traz a repressão restrita aos pobres e negros. No fechamento de sua fala, a jovem estudante manifesta acreditar que as elites estariam isentas da imposição do Estado. Dessa forma, a jovem demonstra ignorar que a realidade política do país na época foi transformada e as ofensivas autoritárias se estenderam a muitos setores sociais, atingindo classes médias e setores divergentes das classes altas.

Na segunda narrativa, os protestos estão presentes. No entanto, o jovem manifesta indistinção entre as manifestações ocorridas no período ditatorial – que foram movimentos de resistência – e as ações de alguns grupos infiltrados nas manifestações mais recentes entre 2013 e 2026 que praticavam ações violentas e quebra-quebra.

A última jovem, por sua vez, compreende a volta da ditadura como algo positivo para a população. Assim, tanto este quanto os dois relatos anteriores apresentam uma disfunção da memória, o esquecimento produzido. Essa fragilidade, segundo Ricouer (2007) resulta numa imparcialidade diante do contexto agressivo do regime civil-militar. Inclusive, a ausência dessas lembranças ou a dissimulação desse fato histórico incide num grande problema, que seria a reincidência de uma implantação militar no país. Diante disso, nas palavras do autor:

E o próprio esquecimento é chamado de trabalho na medida em que é a obra da compulsão de repetição, a qual impede a conscientização do acontecimento traumático. A primeira lição da psicanálise é, aqui, que o trauma permanece mesmo quando inacessível, indisponível. No seu lugar surgem fenômenos de substituição, sintomas, que mascaram o retorno do recalado de modo diverso, oferecido à decifração operada em comum pelo analisado e o analista. A segunda lição é que, em circunstâncias particulares, porções inteiras do passado refutadas, esquecidas e perdidas podem voltar (Ricouer, 2007, p. 452).

De forma geral, as respostas dadas foram contraditórias. Apenas alguns estudantes sinalizaram claramente o repúdio à atuação militar no comando do país; outros avaliaram o retorno das Forças Armadas ao poder como realidade promissora para o país. Partindo-se dessa análise, entende-se que, em diferentes tempos, a construção da realidade do sujeito se torna adulterada diante da falta da memória; a trajetória da ditadura militar no Brasil foi suplantada. Nesse caso, a falta da memória, sobretudo da memória coletiva, é um risco que se corre ao retorno do regime militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As constatações decorrentes da análise das entrevistas sobre a ditadura militar no Brasil apontam para desafios que podem impactar a prevalência de uma sociedade democrática no cenário contemporâneo do país, principalmente a partir das manifestações explícitas de tentativas de retorno do Regime Militar entre os anos de 2016 e janeiro 2023. Tais desafios requerem atenção e ação para garantir a consolidação e aprimoramento dos princípios democráticos.

Como um primeiro desafio, a pesquisa revelou que existe uma clara estratégia de construção ideológica em torno da percepção dos jovens acerca da ditadura militar, evidenciando a manipulação da memória coletiva. Essa distorção histórica representa

um desafio para a construção de uma narrativa nacional crítica, baseada em fatos e que promova a compreensão dos eventos passados de maneira consistente.

Tendo em vista que os jovens pesquisados são estudantes do primeiro ano do Ensino Médio, o estudo nos coloca um segundo desafio, o qual é posto de forma direta para os sistemas educacionais, quanto a abordagem mais contínua, crítica e reflexiva sobre a ditadura militar no Brasil. A falta de entendimento da maioria dos jovens sobre a compreensão relacionada à ditadura militar sugere a urgência de métodos educacionais que fomentem um entendimento profundo dos fatos históricos, destacando a importância da democracia.

Entretanto, a defesa da democracia e o contínuo processo de reconstrução da memória sobre o regime ditatorial no Brasil não podem ser encarados apenas como responsabilidade da escola, mas demandam a participação ativa de toda a sociedade, de múltiplas mediações. Esse comprometimento estende-se aos movimentos sociais, populares, meios de comunicação de massa, Estado e instituições religiosas, entre outros atores. O papel abrangente dessas entidades é essencial, pois a promoção de uma cultura política democrática vai além do âmbito educativo formal, abarcando também os setores não formais e informais da sociedade.

A presença de desigualdades na compreensão histórica, possivelmente influenciada por contextos locais, sociais e familiares, expressando a reprodução de uma “memória manipulada” (Ricoeur, 2007) representa um terceiro desafio. Superar essas distorções e manipulações da memória requer estratégias educacionais e sociais que considerem a importância de se implementar diversos “lugares de memória” (Nora, 1993), espaços e momentos para relembrar o trágico momento que foi a ditadura militar no Brasil, não deixando que as vítimas, pessoas assassinadas e desaparecidas caiam no esquecimento.

O que se evidencia é que a história e a memória transmitidas sobre a ditadura militar brasileira é uma realidade distante para significativa dos jovens. O que se transmite sobre esse período é retratado como episódios comuns, distantes e banais, quase como um ficção do passado político do país. Parte dos jovens não compreendem o contexto ditatorial como fator determinante da história do país e como os atingem de forma direta em seu presente e futuro.

Artigo recebido em: 19/02/2024

Aprovado para publicação em: 14/10/2024

SENSES ATTRIBUTED BY YOUTH IN THE CITY OF BARREIRAS-BA TO THE MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985) AND THE CHALLENGES OF DEMOCRACY

ABSTRACT: The study examines how a group of young high school students interpret the historical period that encompasses the military dictatorship in Brazil (1964-1985) and how their perceptions relate to events that occurred between 2016 and January 2023, a period during which Brazilian democracy was under threat. It is based on a qualitative methodology, utilizing

LEAL, D. de S. D. L.; DUARTE, A. J.

interviews, history, memory, and life stories of the participants as primary tools. The research results reveal that, despite being in high school, only 54.55% of students present a relatively critical perception of the military dictatorship, although many of them are confused and scattered about the period. It concludes that historical understanding is vital to strengthen a democratic political culture and prevent authoritarian setbacks.

KEYWORDS: Youth; Military Dictatorship; Memory; Democracy.

SENTIDOS ATRIBUIDOS POR JÓVENES DEL MUNICIPIO DE BARREIRAS-BA A LA DICTADURA MILITAR (1964-1985) Y A LOS DESAFÍOS DE LA DEMOCRACIA

RESUMEN: El estudio analiza cómo un grupo de jóvenes estudiantes de secundaria interpreta el período histórico que abarca la dictadura militar en Brasil (1964-1985) y cómo sus percepciones se relacionan con los eventos ocurridos entre 2016 y enero de 2023, un período en el que la democracia brasileña estuvo amenazada. Se basa en una metodología cualitativa, utilizando como herramientas principales el análisis de entrevistas, la historia, la memoria y las historias de vida de los participantes. Los resultados de la investigación revelan que, a pesar de estar en la escuela secundaria, solo el 54,55% de los estudiantes tienen una percepción relativamente crítica de la dictadura militar, aunque muchos de ellos están confusos y dispersos sobre el período. Concluye que la comprensión histórica es vital para fortalecer una cultura política democrática y prevenir retrocesos autoritarios.

PALABRAS CLAVE: Jóvenes; Dictadura Militar; Memoria; Democracia.

NOTA

1- O 4º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) foi estabelecido em Barreiras, no oeste da Bahia, em 1973, devido à sua posição estratégica na divisa com Minas Gerais, Piauí, Tocantins e Goiás. A decisão foi influenciada pela importância das conexões viárias com esses estados, tornando o local crucial para a vigilância e controle contra possíveis focos de resistência ao regime militar.

REFERÊNCIAS

BETTAMIO, R. A Justiça de transição no Brasil e o papel da Comissão Nacional da Verdade. In: THIESEN, Icleia (Org.). **Documentos sensíveis:** informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: Letras, 2014.

BRASIL. Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. **Direito à memória e à verdade.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, Diário Oficial da União, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995**. Brasília, Diário Oficial da União, 2011.

CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia: à esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

GASPARI, E. A ditadura envergonhada. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: **Intrínseca**, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Paris, França: *Presses Universitaires de France*, 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5.ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. nº 10. São Paulo, 1993.

RICOEUR, PI. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

DLLANE DE SOUZA DIAS LEAL: Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, na Linha de Pesquisa "Educação, Sociedade e Cultura"; especialista em Psicopedagogia; graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora da Rede Municipal de Educação de Barreiras.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3621-6143>
E-mail: dllane_dias@hotmail.com

ALDIMAR JACINTO DUARTE: Graduado em História (Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC Goiás, 1995); mestre em Educação Brasileira (Universidade Federal de Goiás UFG, 1999) e Doutor em educação pela UFG (2012). Professor no Curso de Pedagogia, no Programa de Pós Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado - e no Programa de Pós Graduação em História (Mestrado e Doutorado) da PUC Goiás.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1799-2811>
E-mail: aldimarjd@hotmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).